

An aerial photograph of a sandy beach. A large white parachute with a 100-dollar bill design is suspended in the air. On the sand, a blue diamond-shaped sign reads "HOW OBVIOUS SHOULD CORRUPTION BE BEFORE IT'S A G20 PRIORITY?" with the Transparency International logo and "#G20election" below it. Several people are scattered across the beach, and the ocean is visible in the top left corner.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 - 2024

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2023 - 2024

Relatório de Atividades 2023-2024
Setembro/2026

Autores | Johanna Nublat, Renato Morgado, Amanda Faria Lima, Guilherme France, André Duffles, Nicole Verillo

Revisores | Johanna Nublat, Bruno Brandão

Diagramação | Luiza Ribeiro

ÍNDICE

MENSAGEM DO DIRETOR-EXECUTIVO	PÁG 7
COMO NOS ORGANIZAMOS	PÁG 9
ADVOCACY DE RESISTÊNCIA	PÁG 11
ADVOCACY PROPOSITIVO	PÁG 17
AMPLIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	PÁG 23
UMA DÉCADA DA LEI ANTICORRUPÇÃO: DIAGNÓSTICO DO MERCADO E PERSPECTIVAS	PÁG 29
ASSÉDIO JUDICIAL E CAMPANHA DE DESINFORMAÇÃO	PÁG 31
GESTÃO, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	PÁG 33
IMPACTO NO DEBATE PÚBLICO	PÁG 41



MENSAGEM DO DIRETOR-EXECUTIVO

Os anos de 2023 e 2024 foram, ao mesmo tempo, desafiadores e transformadores para a Transparência Internacional – Brasil. Em um cenário político e institucional ainda marcado por retrocessos na agenda anticorrupção, nossa organização manteve firme seu compromisso com a luta pela integridade, a promoção da transparência e a defesa da democracia.

Enfrentamos, nesse período, campanhas persistentes de desinformação e assédio judicial, que buscaram minar nossa credibilidade e desviar o foco de nosso trabalho. Respondemos com responsabilidade, transparência e coragem — mobilizando esforços jurídicos, institucionais e de governança, e reafirmando, com fatos e evidências, a integridade da nossa atuação. A resiliência diante dessas adversidades não apenas reforça nosso compromisso com o interesse público, como também evidencia, pela própria persistência dos ataques, a relevância do nosso trabalho frente a interesses poderosos.

Apesar das pressões, conseguimos manter nosso desenvolvimento institucional e ampliar significativamente nosso impacto. Atuamos em frentes estratégicas como o litígio jurídico contra o orçamento secreto e o descontrole das emendas parlamentares, a promoção da integridade ambiental, o fortalecimento da transparência em obras públicas e a defesa de uma legislação contra o assédio judicial. Consolidamos nosso Índice de Transparência e Governança Pública como ferramenta de transformação institucional em governos estaduais, assembleias legislativas e centenas de prefeituras. Fortalecemos redes de organizações da sociedade civil e ampliamos nossa presença em fóruns internacionais, contribuindo com diagnósticos técnicos e incidência qualificada.

Também registramos um crescimento expressivo da nossa presença nos meios de comunicação, contribuindo para manter viva, no debate público, a discussão sobre a corrupção como um

grave problema social. Nosso esforço tem sido o de qualificar esse debate — para que ele seja plural, coerente, baseado em evidências e propositivo — e evitar que a pauta anticorrupção seja sequestrada por projetos de populismo autoritário, distorcida pela polarização política ou instrumentalizada por quem busca deslegitimar o combate à corrupção e perpetuar a impunidade.

Depois de anos de ataques incessantes, os esforços de defesa institucional drenaram recursos financeiros significativos — com a complexidade adicional de que fontes tradicionais de financiamento, como a ajuda ao desenvolvimento, não preveem em suas rubricas orçamentárias despesas com defesa advocatícia ou gestão de crises. Por essa

razão, o apoio direto de indivíduos e entidades comprometidos com a integridade pública torna-se ainda mais vital para a sustentabilidade de um trabalho que é, ao mesmo tempo, técnico, independente e de alto risco.

Esse percurso foi construído com o empenho incansável de nossa equipe, a confiança de parceiros e apoiadores, e a força de uma rede comprometida com um Brasil mais íntegro, justo e democrático. A todos que caminharam conosco, nosso reconhecimento e gratidão.

Seguimos em frente, com a convicção de que enfrentar a corrupção é lutar por prosperidade, justiça e paz.

Bruno Brandão
Diretor-executivo
Transparência Internacional – Brasil



COMO NOS ORGANIZAMOS

PROGRAMAS

Promover leis, políticas e práticas de transparência e integridade que reduzam os riscos de corrupção nos setores público e privado e em temas associados às agendas ambiental e climática por meio de pesquisas, análises técnicas e ações de comunicação e advocacy junto a atores estratégicos do poder público, setor privado e sociedade civil.

ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO

Posicionar a Transparência Internacional Brasil no debate público brasileiro, informar e engajar cidadãos na luta contra a corrupção e disseminar os conhecimentos e atividades das áreas finalísticas da organização.

CENTRO DE CONHECIMENTO ANTICORRUPÇÃO (CCA)

Produzir, sistematizar e disseminar conhecimento anticorrupção, por meio da realização e do fomento de pesquisa aplicada no desenho, na análise e no debate de políticas públicas e privadas, colaborando com e liderando redes de atores acadêmicos e profissionais, no âmbito nacional e internacional.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

Consolidar e continuamente aperfeiçoar práticas, políticas e instrumentos de gestão de pessoas, de recursos, de risco e do trabalho da Transparência Internacional Brasil, assegurando alto padrão de integridade, eficiência, equidade, justiça e bem-estar na organização.

CENTRO DE APOIO E INCIDÊNCIA ANTICORRUPÇÃO (CAIAC)

Promover leis, políticas e práticas que fortaleçam o espaço cívico e o controle social no Brasil, priorizando o fortalecimento do trabalho de organizações de base e a proteção de ativistas, denunciante e vítimas de corrupção, por meio de apoio técnico, da assistência direta, produção e disseminação de conhecimento, trabalho em rede e ações de comunicação e advocacy junto a atores estratégicos do poder público da e sociedade civil.

CONSELHO

Desde 2023, a Presidência do Conselho Deliberativo é ocupada por José Compagno. O *board* ainda é composto por Anna Benite, Izabela Teixeira, Marco Gomes e, Melchiades Filho.

Em 2024, encerraram seus mandatos como conselheiros Karen Hussmann, Samuel Rotta e Jose Ugaz — membros fundadores do Conselho Deliberativo da Transparência Internacional - Brasil que, que permanecerão como membros associados.



ADVOCACY DE RESISTÊNCIA

Em tempos em que interesses opacos ameaçam desvirtuar o uso de recursos públicos e comprometer os pilares da representação, a Transparência Internacional – Brasil se posicionou como força técnica e política capaz de provocar reações institucionais e apoiar o controle social. Com ferramentas jurídicas, articulações legislativas e pressão internacional, a organização construiu avanços que já se traduzem em impacto real para a sociedade brasileira.

Este relatório consolida uma trajetória marcada por ousadia, estratégia e compromisso com a transparência. Do litígio inédito no STF que expôs os riscos do orçamento secreto às denúncias em fóruns multilaterais que reverberaram em documentos oficiais da OCDE e do GAFI, a Transparência Internacional - Brasil levou a pauta anticorrupção para o centro do debate público — com mobilizações criativas, notas técnicas rigorosas e protagonismo em decisões legislativas decisivas. Ao alinhar atuação nacional e influência global, a organização reafirma seu papel como defensora da integridade e aliada da sociedade civil na construção de um país mais justo, transparente e participativo.

Litígio estratégico no STF: um marco na luta por transparência

Frente ao descontrole da farra de emendas parlamentares e seu impacto no uso adequado dos recursos públicos, a Transparência Internacional - Brasil utilizou o litígio estratégico junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) como ferramenta para promover a transparência e o combate à corrupção.

Em parceria com a Transparência Brasil e a Associação Contas Abertas, a Transparência Internacional - Brasil incidiu ativamente no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, que trata do “orçamento secreto”. Ao STF, posteriormente, foram apresentadas denúncias

sobre o descumprimento de sua decisão, o que desencadeou um processo de cobrança de esclarecimentos e aprimoramentos ao governo federal e ao Congresso Nacional. Como resultado, o ministro Flávio Dino determinou suspensões temporárias de repasses até que uma série de medidas de maior transparência fossem adotadas pelo governo e pelo Congresso Nacional.

Essa ação não apenas ampliou o controle social sobre o orçamento federal, mas também reforçou o compromisso da organização com seu objetivo estratégico: monitorar

práticas de cooptação entre os Poderes e incidir pela construção de uma cultura orçamentária mais transparente, justa e democrática.

Projeto de Lei sobre Emendas Parlamentares (LC 210/2024): A Transparência Internacional - Brasil também denunciou ao STF os retrocessos institucionais e riscos de corrupção relacionados ao Projeto de Lei sobre Emendas Parlamentares (LC 210/2024), que não cumpria as exigências do Supremo quanto à transparência das emendas e poderia agravar riscos de corrupção.

Incidência Legislativa Estratégica

A Transparência Internacional - Brasil, em articulação com o Pacto pela Democracia, atuou intensamente para **barrar ou ao menos minimizar as consequências negativas da PEC da Anistia**, considerada um grave retrocesso à inclusão de mulheres e pessoas negras em eleições e à responsabilização dos partidos políticos.

Apesar da aprovação da proposta, houve avanços parciais: a reserva de financiamento para candidaturas negras foi ampliada de 20% para

30%; a anistia pelo descumprimento das cotas em 2022 foi condicionada ao reinvestimento dos recursos nas quatro eleições seguintes; e foram mitigados dispositivos que dificultariam a fiscalização e resultariam na retirada de prazos prejudiciais para o uso de recursos destinados a campanhas de mulheres e pessoas negras. Também foi excluída a possibilidade de financiamento empresarial de campanhas e partidos, que figurou em uma das versões da proposta.

Conforme o modelo das emendas parlamentares passou a ser copiado por Estados e municípios, a Transparência Internacional - Brasil publicou um relatório sobre o cenário nos estados brasileiros e ingressou como amicus curiae na ADI 7697 com um pedido de extensão dos efeitos da suspensão das emendas aos Estados.



Em setembro de 2024, lideranças da sociedade civil, incluindo a Transparência Internacional - Brasil, foram recebidas pelo ministro do STF Cristiano Zanin para manifestar preocupações sobre a PEC da Anistia

A Transparência Internacional – Brasil também atuou junto a outras organizações para barrar a minirreforma eleitoral no Congresso Nacional. Foram

elaboradas e assinadas notas técnicas e posicionamentos junto à Rede de Advocacy Colaborativo (RAC) e ao Pacto pela Democracia.

Monitoramento e Incidência em Esferas Internacionais

A Transparência Internacional - Brasil vem consolidando sua presença e incidência internacional por meio da produção de relatórios independentes, campanhas públicas e atuação junto a fóruns e organismos multilaterais, elevando seu protagonismo nas discussões globais sobre a corrupção, valendo-se de sua perspectiva técnica e independente ao denunciar retrocessos da pauta no Brasil.

Durante o ano de 2023, a Transparência Internacional – Brasil atuou junto ao Grupo de Trabalho sobre Suborno (WGB) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que elaborava o relatório da quarta fase da avaliação sobre o cumprimento pelo Brasil da Convenção Antissuborno.

Em maio de 2023, a Transparência Internacional – Brasil foi uma das duas organizações da sociedade civil que participaram da visita *in loco* ao Brasil do WGB, preparando um relatório com informações qualificadas sobre a implementação da Convenção Antissuborno e o cumprimento das recomendações do ciclo três de análise. Em outubro do mesmo ano, em Paris, a Transparência Internacional – Brasil apresentou evidências dos retrocessos no combate à corrupção no Brasil, em especial o cenário das decisões do STF

de suspender multas, anular provas e rever os acordos de leniência firmados com grandes empresas na Lava Jato.

O relatório final do WGB, lançado em dezembro daquele ano, pontuou em diferentes momentos os argumentos apresentados na incidência da Transparência Internacional - Brasil em Paris, nos documentos fornecidos às delegações nacionais e na visita *in loco* ao país em maio. Graças a este trabalho, uma minuta avançada do relatório sobre o Brasil foi reaberta para a inserção de pontos de “*follow up*”, que o Brasil deverá reportar em até dois anos ao WGB, com destaque para a decisão monocrática do ministro Dias Toffoli, do STF, que anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht.

Também em dezembro de 2023, o GAFI /GAFILAT publicou uma nova edição de seu relatório de avaliação mútua sobre o Brasil, reconhecendo avanços institucionais e a capacidade do país investigar e processar casos complexos. No entanto, o relatório sinalizou que o país enfrenta entraves estruturais, como a baixa efetividade na cooperação entre autoridades e acesso limitado a dados de beneficiários finais. O relatório apontou vulnerabilidades persistentes em crimes ambientais, no uso de empresas de fachada e na regulação de setores não financeiros.

A Transparência Internacional - Brasil também contribuiu para tal avaliação, fornecendo subsídios sobre retrocessos recentes no arcabouço nacional de combate à lavagem de dinheiro.

Em outubro de 2024, a Transparência Internacional - Brasil atuou junto à Organização dos Estados Americanos (OEA) para um relatório sobre o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção (MESI-CIC), participando da visita *in loco* e enviando um relatório independente. Estas contribuições foram reconhecidas no relatório publicado sobre o Brasil em março de 2025.

Ao longo de 2024, a Transparência Internacional - Brasil também atuou no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG), por meio

da participação no grupo de engajamento C20 (grupo de organizações da sociedade civil dos países do G20), especialmente durante a Presidência brasileira, em 2024.

Uma das ações de impacto da Transparência Internacional, durante o G20 do Rio de Janeiro, foi uma campanha pública que denunciou a ausência de discussões estruturantes sobre o combate à corrupção pela cúpula do grupo de países. Para destacar essa falha, o Secretariado da Transparência Internacional e a Transparência Internacional - Brasil, com o apoio da agência de publicidade INNOCEAN Berlin, voaram parapentes customizados com notas de dólares pelas praias do Rio de Janeiro e transformaram esse ato em um vídeo, que circulou pelas redes sociais.



Ação da Transparência Internacional durante a Cúpula do G20 no Rio de Janeiro
Foto: Marcelo Vandenbrande Maragni/Transparência Internacional



Foto

ADVOCACY PROPOSITIVO

ITGP: um índice para fomentar leis, capacidades institucionais, políticas e o controle social em prol de transparência e governança pública

O Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) busca avaliar e fomentar agendas de integridade, transparência, dados abertos, acesso à informação, participação social, governança pública, transformação digital e combate à corrupção nos diversos níveis federativos e poderes da República. Desde 2022, o ITGP já avaliou os Executivos estaduais (2022), os Legislativos estaduais (2023) e os Executivos municipais das capitais (2024). Além disso, desde 2023, a Transparência Internacional - Brasil apoia tecnicamente organizações da sociedade civil para aplicarem sua metodologia.

O ITGP estabelece um contínuo diálogo com os entes avaliados por meio de comunicações prévias sobre a avaliação e os indicadores utilizados, com

a possibilidade de apresentação de recurso antes da publicação dos resultados e de constante diálogo. A Transparência Internacional - Brasil acredita que essa abordagem de avaliação com diálogo é chave para o sucesso da adesão dos gestores públicos e, principalmente, para as reformas e melhorias que resultam do processo — identificadas em tempo real.

Em 2023, a Transparência Internacional - Brasil avaliou as 26 assembleias legislativas estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Durante o processo de avaliação, a Transparência Internacional - Brasil interagiu diretamente com nove assembleias legislativas, identificando mudanças provocadas pela avaliação do ITGP em sete delas:

■ Câmara Legislativa do Distrito Federal - Foi criada uma visualização de dados em Power BI com o histórico de votações de cada parlamentar, lançada após a publicação do ITGP;

■ Assembleia Legislativa do Espírito Santo - Foram disponibilizados conjuntos de dados abertos sobre os salários dos deputados estaduais, em atendimento a um dos indicadores do índice;

■ Assembleia Legislativa do Ceará - Relatórios com o número de pedidos de informação dos cidadãos atendidos passaram a ser publicados, em cumprimento a um indicador fundamentado na Lei de Acesso à Informação;

■ Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte - Foi lançado um novo site, com informações e oportunidades de participação em audiências públicas;

■ Assembleia Legislativa do Paraná - Foi criado um comitê de transparência para aprimorar os níveis de transparência da Casa com base nos resultados do ITGP.

Em julho de 2024, 13 rankings com as notas dos municípios avaliados, separados por regiões, foram lançados por organizações parceiras, com base na metodologia da Transparência Internacional - Brasil, provocando uma competição positiva e pública entre os municípios monitorados. No total, 14 organizações de 12 Estados receberam capacitação e apoio técnico para a aplicação da metodologia do ITGP em mais de 300 municípios.

Em 2024, 25 capitais brasileiras foram avaliadas por uma nova rodada do índice. Como resultado, diversas cidades aprimoraram seus marcos legais e institucionais, seus portais de transparência e instituíram planos e políticas de integridade após a participação na avaliação, entre elas Recife, Maringá, João Pessoa e Belo Horizonte.

Incidência nas Eleições

A Transparência Internacional - Brasil publicou, em 2024, a “Agenda para

■ A Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul criou um comitê de transparência para melhorar seu desempenho com base nos resultados do índice;

■ A casa legislativa do Estado de Mato Grosso atualizou seu portal de transparência para incluir relatórios de acesso à informação, incluir recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência e fez ajustes no site de acordo com a lei de proteção de dados pessoais.

Cidades Mais Transparentes”, com 20 recomendações para fortalecer a transparência e integridade nos municípios brasileiros durante o ciclo de governo de 2025-2028. As recomendações foram baseadas nos indicadores do ITGP — em especial nas principais lacunas observadas na avaliação das capitais, tais como obras públicas e emendas parlamentares — e organizadas em cinco temas: (i) transparência, acesso à informação e dados abertos; (ii) transparência financeira e orçamentária; (iii) mecanismos anticorrupção; (iv) participação e controle social; e (v) obras públicas e emendas parlamentares.

Ainda em 2024, foram analisados os doze planos de governo dos candidatos a prefeito de São Paulo e do Rio de Janeiro — seis por cidade —, com o objetivo de identificar propostas nas áreas de transparência e governança pública. O desempenho de ambas as prefeituras no Índice de Transparência e Governança Pública orientou

a escolha dos critérios de avaliação, com foco nas principais deficiências identificadas em sete áreas críticas: (i) dados abertos; (ii) canais e formas de proteção a denunciantes; (iii) emendas parlamentares; (iv) obras públicas; (v) incentivos fiscais; (vi) contratos emergenciais; e (vii) compras públicas.

De modo geral, os planos apresentaram poucas propostas para fortalecer

a transparência e a integridade nessas áreas — a ausência foi especialmente marcante, em ambas as cidades, nos temas de emendas parlamentares e incentivos fiscais. Apenas dois dos doze planos de governo analisados apresentaram propostas para fortalecer o controle e a transparência em obras públicas.

Em 2024, o Observatório do Marajó, uma das organizações parceiras nas ações do Índice de Transparência e Governança Pública Municipal desde 2022, recebeu a confirmação do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará que haverá a incorporação gradual de indicadores do ITGP na matriz de avaliação do tribunal nos próximos anos. Essa mudança é resultado da incidência do Observatório do Marajó, com o apoio da Transparência Internacional - Brasil.



Em 2023, a Transparência Internacional - Brasil deu apoio técnico e financeiro para o Observatório Social do Brasil - Limeira aplicar a metodologia do ITGP em dez municípios da região. Em junho do mesmo ano, a vereadora Mariana Calsa, apresentou na Câmara Municipal de Limeira um “pacote da transparência” com seis projetos de lei relacionados ao aumento da transparência pública. Na justificativa dos projetos de lei, a vereadora cita o ITGP e afirma que utilizou as recomendações da Transparência Internacional - Brasil, divulgadas pelo Observatório Social do Brasil - Limeira, para a elaboração das propostas.

Atuação Estratégica nos Espaços de Governança

Em 2023 e 2024, a Transparência Internacional – Brasil consolidou seu protagonismo em espaços institucionais e iniciativas estratégicas voltadas à promoção da transparência, da integridade e do combate à corrupção. Por meio de sua integração ao Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC), liderado pela Controladoria-Geral da União, a organização participou ativamente de grupos de trabalho temáticos e contribuiu com 19 propostas para o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027. Dessas, nove foram integralmente incorporadas, abrangendo temas como infraestrutura, governo aberto, dados abertos e crimes ambientais, e integridade de órgãos ambientais.

A atuação se estendeu à fiscalização de políticas públicas, com destaque para o monitoramento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Em parceria com a Infrastructure Transparency Initiative (CoST), a TI/Transparência Internacional - Brasil publicou o estudo “Governança, Transparência e Participação Social no Novo PAC”, revelando falhas de divulgação, riscos de governança e a ausência de espaços de controle social. A organização também influenciou diretamente o 6º Plano de Ação em Governo Aberto,

sendo coexecutora do compromisso sobre infraestrutura, recomendando o aprimoramento do portal Obras.gov e participando da elaboração do Plano Nacional de Logística 2050.

No campo ambiental, a Transparência Internacional - Brasil impulsionou ações no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), contribuindo com diagnósticos e publicações sobre lavagem de madeira, gado e licenciamento ambiental. Esse protagonismo foi fundamental para consolidar os crimes ambientais como prioridade temática da ENCCLA em 2024 e 2025. Além disso, a Transparência Internacional - Brasil intensificou sua colaboração com Tribunais de Contas dos estados amazônicos, produzindo guias de referência e apoiando diretamente quatro tribunais estaduais.

A articulação institucional da TI/Transparência Internacional – Brasil revela uma atuação plural e integrada, capaz de impactar diferentes esferas da governança pública. Com produção técnica, mobilização de pares e incidência qualificada, a organização reafirma seu compromisso com um modelo de desenvolvimento mais transparente, sustentável e participativo.

Fortalecendo o Controle Público sobre o Estado

A atuação da Transparência Internacional – Brasil em 2023 e 2024 reafirmou seu compromisso com agendas emergentes e estruturantes, como o direito à informação ambiental, a integridade na infraestrutura e o fortalecimento do controle institucional. A organização liderou a articulação do Movimento Escazú Brasil, iniciativa plural que visa disseminar e promover a ratificação do primeiro tratado ambiental latino-americano voltado a transparência, participação e justiça ambiental. O movimento foi oficialmente lançado em Brasília e, desde então, vem mobilizando debates públicos, materiais de comunicação e reuniões estratégicas.

No campo internacional, a TI/Transparência Internacional - Brasil também marcou presença ao sediar, no Rio de Janeiro, o encontro global do Programa de Integridade na Governança Climática da TI/Transparência Internacional, reunindo representantes de 23 capítulos e o presidente da TI, François Valérian. O evento fortaleceu redes de colaboração e impulsionou o planejamento coletivo para ampliar o *advocacy* climático, com troca de experiências e identificação de desafios comuns à atuação da sociedade civil em diferentes territórios.

No plano nacional, a organização promoveu avanços técnicos e institucionais junto aos Tribunais de Contas, por meio de parcerias com a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP). Entre os destaques estão o lançamento do e-book “Controle Externo de Infraestrutura pelos Tribunais de Contas” e o apoio a novos procedimentos de auditoria socioambiental para fortalecer a fiscalização sobre políticas de infraestrutura. Já em cooperação com o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), foi criado um curso online gratuito sobre controle interno na gestão florestal e em obras públicas, ampliando capacidades técnicas no setor. Complementarmente, a TI/Transparência Internacional – Brasil colaborou com o governo de Rondônia e com a Open Contracting Partnership, realizando diagnósticos e emitindo recomendações para aprimorar a transparência e o acesso a dados sobre obras públicas estaduais, incluindo aquelas de natureza socioambiental.

RedeGOV
Lusofonia

II ENCONTRO REDEGOV

CAPACITAÇÃO E

INTERCÂMBIOS

LUSOFÔNICOS

06 A 10 MAIO 2024
RIO DE JANEIRO



Realização

RedeGOV
Lusofonia

Apoio financeiro



AMPLIFICAÇÃO DA ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Plataformas de Conhecimento e Incidência contra a Corrupção

Nos anos de 2023 e 2024, a Transparência Internacional – Brasil aprofundou sua atuação em redes de cooperação e produção de conhecimento sobre corrupção e governança, fortalecendo iniciativas estratégicas como a Rede Brasileira de Estudos e Práticas Anticorrupção e a Rede pela Boa Governança e Desenvolvimento Sustentável na Lusofonia (RedeGOV).

A rede brasileira reúne 153 especialistas distribuídos em onze grupos temáticos de trabalho, dedicados a áreas como saúde, meio ambiente, educação, contratos públicos e criptomoedas. A rede tem atuado para incentivar, ampliar, qualificar, aplicar e sistematizar o conhecimento sobre o fenômeno da corrupção no Brasil, assim como capacitar atores-chave por meio da cooperação entre especialistas nos diferentes Poderes, na academia, no setor privado e na sociedade civil. Em 2024, foram lançados a coletânea “Perspectivas sobre a Lei Anticorrupção do Brasil” e o Blog Anticorrupção.

Em relação à rede lusófona, em maio de 2024, o II Encontro da RedeGOV foi realizado no Rio de Janeiro, com apoio da TI-Portugal, reunindo representantes de diversos países para debater temas como cleptocracia, corrupção transnacional e liberdade de imprensa. Em julho do mesmo ano, a participação de jornalistas e ativistas lusófonos no congresso de jornalismo investigativo da Abraji, promovida pela TI Brasil com financiamento do National Endowment for Democracy (NED) e da União Europeia, reforçou a articulação global e lançou bases para o advocacy conjunto pela aprovação de uma lei contra o assédio judicial (anti-SLAPP) no Brasil.

Essas iniciativas reafirmam a vocação da TI Brasil como articuladora de redes qualificadas, capazes de gerar conhecimento, influenciar políticas públicas e conectar atores diversos em prol da integridade democrática.

Em julho de 2024, durante o 19º Congresso Abraji, em São Paulo, o então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, se comprometeu a priorizar a aprovação de uma lei contra o assédio judicial dirigido a jornalistas e ativistas, conhecido como “SLAPP” na sigla em inglês (strategic lawsuit against public participation ou litígio estratégico contra a participação pública). A fala do senador ocorreu durante reunião com representantes da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), da Transparência Internacional – Brasil e ativistas estrangeiros: o português João Paulo Batalha, da Associação Portuguesa Frente Cívica; a moçambicana Mery Rodrigues, da Transparência Internacional – Moçambique; o angolano Sedrick Carvalho, jornalista e ativista; e o maltês Matthew Caruana, integrante da Fundação Daphne Caruana Galizia e filho da jornalista de mesmo nome, especialista na investigação de corrupção e crimes financeiros, assassinada em Malta em 2017. Nos últimos anos, Caruana e Batalha estiveram engajados na aprovação, na União Europeia, de uma diretiz *anti-SLAPP* – norma que acabou sendo aprovada em fevereiro de 2024.

Apoio ao jornalismo

No biênio analisado, a Transparência Internacional - Brasil reforçou seu apoio ao jornalismo investigativo por meio de diversas iniciativas. Tanto em 2023 quanto em 2024, a organização teve forte presença nos congressos anuais realizados pela Abraji, apoiando financeiramente parte das atividades realizadas e a logística de participantes, além de se engajar presencialmente em mesas de debate. Uma das ações de maior impacto nos congressos da Abraji tem sido a oferta de bolsas para jornalistas que atuam na Amazônia viajarem até São Paulo para participar do congresso, acompanhando debates e se engajando em networking com outros jornalistas. Essa iniciativa é uma parceria da Transparência

Internacional - Brasil com a Abraji, financiada pela Agence Française de Développement (AFD) e que, em 2023, teve apoio da Azul.

Em 2023, a iniciativa de levar jornalistas da Amazônia para debates sobre jornalismo foi replicada durante o Festival Piauí de jornalismo, também em São Paulo.

A Transparência Internacional - Brasil ainda apoia o jornalismo se colocando rotineiramente como fonte de informação sobre transparência e anti-corrupção, e produzindo análises e outros documentos técnicos com dados relevantes sobre o tema.

Fortalecendo o Ativismo Local contra a Corrupção

Ao longo de 2023 e 2024, a Transparência Internacional – Brasil intensificou seu compromisso com o fortalecimento do ativismo anticorrupção local. A organização desenvolveu e implementou uma jornada robusta e personalizada de apoio institucional a organizações parceiras, com foco em desenvolvimento organizacional, ampliação da sustentabilidade, aperfeiçoamento da gestão e fortalecimento da legitimidade pública. Um diagnóstico individual, realizado por consultoria especializada, gerou recomendações estratégicas que orientaram planos de ação adaptados às necessidades de cada organização.

A iniciativa se desdobrou em capacitações temáticas, mentorias personalizadas e articulações coletivas, abordando tópicos como planejamento estratégico, captação de recursos, boas práticas de gestão, comunicação institucional e segurança digital.

O trabalho de fortalecimento institucional parte da convicção de que não há enfrentamento sistêmico à corrupção sem uma sociedade civil localmente fortalecida, autônoma, estratégica e legítima.

Produção de Conhecimento

Nos últimos dois anos, a Transparência Internacional – Brasil intensificou sua produção e difusão de conhecimento técnico e estratégico, consolidando sua atuação como referência no debate público sobre corrupção, transparência e governança. A organização lançou uma série de publicações voltadas à infraestrutura pública, como o livro digital “Perspectivas sobre o Controle da Infraestrutura” e o guia “Infraestrutura Aberta”, este último voltado à sociedade civil, com uma metodologia para a avaliação dos níveis de transparência dos projetos e obras de infraestrutura no país. Em parceria com organizações como GT Infraestrutura, ISA, IBRAOP e IEMA, contribuiu com uma nota técnica para análise prévia de empreendimentos de infraestrutura propostos

no Plano Plurianual e no Programa de Parcerias de Investimentos.

No campo ambiental, a TI Brasil ampliou sua atuação ao aplicar metodologias de avaliação da transparência em projetos críticos, como a rodovia BR-319, que atravessa áreas sensíveis na Amazônia. Junto ao Observatório BR-319, elaborou uma nota técnica que evidenciou falhas na transparência em quase todas as fases da contratação. Além disso, enviou representação ao Tribunal de Contas da União denunciando os impactos socioambientais do projeto. Ainda em 2024, em parceria com a Freeland Brasil, lançou o relatório “A Lavanderia de Fauna Silvestre”, que revela como redes de corrupção facilitam o tráfico de animais silvestres. Na mesma linha,

o relatório “Dados Abertos e Combate a Crimes Ambientais” diagnosticou graves lacunas na qualidade e acessibilidade de 41 bases de dados públicas, com destaque para a grilagem e o tráfico de fauna como os campos mais opacos.

No contexto orçamentário, o relatório “Raio-X das Emendas ao Orçamento – Nível Estadual” revelou sérias deficiências de transparência e levanta profundas preocupações quanto à integridade e à eficiência do uso dos recursos públicos. O estudo também identificou aumento expressivo nos valores destinados a emendas parlamentares estaduais, tendência que espelha os riscos já observados no plano federal, como corrupção, distorções eleitorais e prejuízos a políticas públicas.

Complementando sua difusão de conhecimento, a TI Brasil também compartilhou aprendizados em painéis temáticos durante a International Anti-Corruption Conference, na Lituânia, conectando suas iniciativas locais a pautas globais sobre integridade e transparência.

Entre 2023 e 2024, a Transparência Internacional – Brasil reforçou sua atuação na formação de profissionais estratégicos para a agenda anticorrupção e

de transparência, promovendo cursos voltados a públicos diversos como servidores públicos, jornalistas, ativistas, diplomatas, defensores ambientais e acadêmicos. Com 3.944 inscritos e 750 profissionais capacitados, os cursos alcançaram uma taxa média de satisfação de 95,4%, e 97% dos participantes demonstraram interesse em continuar a formação com a organização — evidência clara do impacto e da relevância das capacitações oferecidas.

Os oito cursos lançados no período abordaram temas fundamentais para o fortalecimento democrático: desde gestão florestal e controle externo, até democracia climática, políticas públicas anticorrupção, transparência ambiental e proteção de defensores e defensoras ambientais. Os conteúdos foram planejados para gerar efeito multiplicador, incentivando os participantes a aplicarem os conhecimentos em suas atividades profissionais e replicá-los em seus contextos locais. A iniciativa confirma o papel da TI Brasil como promotora de conhecimento técnico e transformador, fortalecendo redes de integridade e impulsionando práticas sustentáveis na administração pública e na sociedade civil.

10 ANOS LEI ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

UMA DÉCADA DA LEI ANTICORRUPÇÃO: DIAGNÓSTICO DO MERCADO E PERSPECTIVAS

Em 2023, a Transparência Internacional – Brasil, em parceria com o Insper, realizou um evento pelo marco dos 10 anos da promulgação da Lei Anticorrupção brasileira, com o lançamento de uma pesquisa inédita: “10 anos da lei anticorrupção no Brasil: Percepção dos Profissionais”.

O evento foi voltado ao público da área de compliance, auditores e executivos de empresas brasileiras e multinacionais -- muitas delas respondentes da pesquisa --, que foi realizada em parceria com a Quaest Pesquisa e Consultoria e ouviu profissionais de 100 entre as 250 maiores empresas atuantes no Brasil, de acordo com o índice Valor 1000. O resultado da pesquisa mostrou que a aprovação da Lei Anticorrupção chegava a 95% dos entrevistados; no entanto, os profissionais de compliance também consideravam que os sistemas de integridade das empresas ainda eram imaturos no Brasil.

Uma nova edição da pesquisa foi feita em 2024 com um escopo ampliado e com o objetivo de compor uma série histórica de análises do ambiente de integridade no mercado brasileiro ano a ano. A pesquisa “Corrupção e

Integridade no mercado Brasileiro: a percepção dos profissionais de Compliance”, trouxe um olhar mais amplo a respeito da integridade empresarial, para além da efetividade e aplicação da lei, abrangendo temas como a percepção dos profissionais de compliance sobre os programas de integridade no mercado brasileiro, desempenho do poder público no enfrentamento à corrupção, conjuntura e tendências para o combate à corrupção no Brasil.

A segunda pesquisa foi lançada em um evento em dezembro de 2024, organizado pela Transparência Internacional - Brasil e pelo Insper em celebração ao Dia Internacional Contra a Corrupção. A apresentação dos resultados da pesquisa e os debates em torno de questões envolvendo a conjuntura política do país, o ambiente de negócios e a atuação do judiciário não só contribuíram para aprofundar o entendimento sobre integridade no setor empresarial brasileiro, orientando estratégias futuras da Transparência Internacional, como também pautaram o debate em torno do tema nos dias subsequentes ao evento.

ASSÉDIO JUDICIAL E CAMPANHA DE DESINFORMAÇÃO

Desde 2019, a Transparência Internacional tem sido alvo de uma campanha persistente de desinformação e assédio judicial, intensificada após sua atuação crítica e independente em fóruns internacionais, denunciando o desmonte da luta anticorrupção no Brasil. Essa ofensiva incluiu alegações falsas de que a organização teria recebido ou gerido recursos de acordos de leniência no país. A desinformação foi amplificada por declarações caluniosas de autoridades públicas de alto escalão, veículos de fake news, milícias digitais e, em alguns casos, incorporada a documentos oficiais. Em 2023, essas alegações motivaram a instauração, pelo ministro Dias Toffoli, de uma investigação no Supremo Tribunal Federal. Apesar de parecer da Procuradoria-Geral da República ter recomendado seu arquivamento por ausência de indícios, a investigação permaneceu aberta até o fechamento deste relatório.

Diante desse cenário, a Transparência Internacional - Brasil mobilizou esforços jurídicos, institucionais e de governança para responder com responsabilidade e

transparência. Entre as medidas adotadas, destaca-se a contratação de uma auditoria financeira independente, que confirmou a falsidade das alegações sobre o recebimento de recursos de acordos de leniência. A resposta a esses ataques exigiu um volume significativo de trabalho da equipe executiva e o direcionamento de recursos financeiros substanciais — um impacto concreto e mensurável sobre a operação da organização.

A capacidade de resistir a esse contexto adverso reafirma o compromisso da Transparência Internacional - Brasil com a integridade, a independência e a defesa do interesse público. Os ataques também evidenciam a relevância do trabalho da organização frente a interesses poderosos, bem como os riscos crescentes enfrentados por quem atua no combate à corrupção no Brasil. Mesmo após a mudança de governo, sua continuidade revela a fragilidade do espaço cívico e os desafios persistentes à consolidação democrática no país.

GESTÃO, GOVERNANÇA E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Sustentabilidade Financeira e Diversificação de Receitas

A Transparência Internacional - Brasil está comprometida com a implementação de modelos de financiamento que viabilizem o alcance da sustentabilidade financeira institucional. Historicamente, a captação da organização é majoritariamente de recursos restritos, ou seja, recursos com uso pré-definido mediante contrato com doador. Na média dos últimos oito anos, recursos vinculados a projetos representaram 96% do total das receitas da organização. Dentre estes, alguns projetos tinham ou têm objeto amplo, como apoio transversal à implementação da estratégia organizacional, dando assim algum nível de flexibilidade para a organização estruturar sua equipe base e áreas meio nesses primeiros anos desde a fundação.

Recursos dessa natureza, no entanto, oferecem margem limitada para investimentos, aprimoramento de capacidades internas e respostas a ataques e

gestão de crise. Garantir fontes livres e recorrentes de apoio irrestrito é fundamental para a sustentabilidade e, para isso, a organização tem trabalhado com novos formatos de apoio e prestação de serviços: palestras e treinamentos, cursos, patrocínio de pesquisas e eventos, além do formato de doação direta de pessoas físicas.

No biênio 2023-2024, R\$34.726,42 foram captados por nossa plataforma de doação online e R\$170.954 foram captados por contratos de patrocínio.

Abaixo estão os quadros de apoiadores e despesas da Transparência Internacional - Brasil em 2023 e 2024, com valores em Reais, segundo contratos. O detalhamento do objeto dos contratos referentes a projetos atualmente em curso pela Transparência Internacional - Brasil está disponível no site da organização.

RECEITAS 2023 E 2024

Valores em Reais

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RECEITA 2023	RECEITA 2024
Secretariado Transparência Internacional (TI-S)	Apoio Emergencial		78.855
Rallying Efforts to Accelerate Progress Via TI-S	Projeto		31.472
Strengthening Accountability Networks among Civil Society Via TI-S	Projeto	248.143	99.423
Waverley Street Foundation via TI-S	Projeto	167.718	41.712
The Foreign, Commonwealth & Development Office UK via GACC - TI-S	Projeto	41.712	
Democracy, Human Rights and Labor (DRL) via TI-S	Projeto	24.225	
Transparência Internacional Portugal (TI-P)	Projeto		241.927
European Initiative for Democracy and Human Rights	Projeto	248.143	
Agence Francaise Developpment	Projeto	1.622.551	3.358.823
National Democratic Institute for International Affairs (NDI)	Projeto	374.148	258.035
Embaixada da Noruega	Projeto	1.054.038	1.179.241
UN Convention against corruption (UNCAC-Coalition)	Projeto	7.622	8.672
American Consulate General Sao Paulo	Projeto	100.640	
National Endowment for Democracy	Projeto	306.795	1.397.007
European Commission Directorate	Projeto	825.772	
Consulado Geral do Canadá	Projeto	100.408	42.534
Proética Consejo	Projeto	98.189	78.544
Freeland Brasil	Projeto	335.977	214.30
Open Contracting Partnership	Projeto	48.247	28.201
Gordon Betty Moore Foundation	Projeto		2.862.000
Foundation to Promote Open Society	Apoio institucional	1.036.400	
Equinor Brasil Energia Ltda.	Patrocínio	30.000	
Banco Bradesco S.A	Patrocínio	50.000	
Karlis M N Advogados	Patrocínio		3.450
Embaixada Real da Belgica	Patrocínio		12.504

NOME	CLASSIFICAÇÃO	RECEITA 2023	RECEITA 2024
Consulado Geral do Reino dos Países Baixos	Patrocínio		30.000
Doações PF	Doações individuais	26.267	536.495
Doações PJ	Doações individuais	10.000	
Prestação Serviços Pesquisa	Prestação de serviços	33.410	19.556
Receitas Financeiras	Projetos	86.955	201.700
RECEITA TOTAL		6.867.360	11.709.374

DESPESAS 2023 E 2024

Valores em Reais

CLASSIFICAÇÃO	DESPESA 2023	DESPESA 2024
Administrativo	222.721	290.686
Comunicação	161.315	104.425
Consultoria	326.781	656.721
Encontros, Eventos e Conferências	64.801	698.968
Equipamentos	23.018	18.197
Equipe	4.037.243	4.971.607
Financeiro	62.014	43.727
Licenças de softwares e tecnologia	65.738	72.709
MEL	64.767	85.790
Repasses	967.896	1.654.604
Viagens	266.092	479.441
TOTAL DESPESAS	6.262.387	9.076.875

Também estão listados os repasses referentes a obrigações contratuais perante financiadores cujos projetos incluem apoio financeiro a organizações co-implementadoras ou beneficiárias da atuação da Transparência Internacional – Brasil:

REPASSES 2023 E 2024

Valores em Reais

NOME	CLASSIFICAÇÃO	REPASSES 2023	REPASSES 2024
Instituto Nossa Ilhéus	Repasses	0	115.720
Coletivo Cidadão Monitor (AC)	Repasses	0	4.990
Força Tarefa Popular (PI)	Repasses	0	23.900
Instituto de Direito Coletivo (RJ)	Repasses	0	24.000
Instituto Ilhabela Sustentável (SP)	Repasses	0	23.800
Instituto Soma Brasil (PB)	Repasses	0	24.000
OSB Sete Lagoas (MG)	Repasses	0	24.000
OSB Franca (SP)	Repasses	0	24.000
OSB Indaial (SC)	Repasses	0	23.800
Observatório do Marajó (PA)	Repasses	0	36.000
OSB São Leopoldo (RS)	Repasses	0	36.000
OSB São Paulo (SP)	Repasses	0	24.000
Rede Curitiba Climática (PR)	Repasses	0	23.500
Transparência Capixaba (ES)	Repasses	0	36.000
ABRAJI	Repasses	162.264	202.772
ETHOS	Repasses	162.852	266.043
ICV	Repasses	231.153	333.940
OPAN	Repasses	411.628	52

Desde 2022, a Transparência Internacional - Brasil enfrenta o desafio de reduzir significativamente seu déficit, para assegurar sustentabilidade operacional, minimizando riscos operacionais.

O percentual baixo de recursos livres disponíveis para financiar despesas – em comparação a recursos restritos oriundos de projetos -- como, por exemplo, custos administrativos, custos de pessoal de áreas meio, além de despesas jurídicas e de segurança institucional, resultou num déficit contábil em anos recentes.

Em 2024, o déficit acumulado da organização alcançou R\$ 1 milhão. Em paralelo, a captação de recursos restritos alcançou um valor recorde entre 2023 e 2024, com mais de R\$ 12 milhões em contratos assinados para projetos plurianuais e entradas projetadas em R\$ 8 milhões apenas para

o ano de 2025. Desta forma, o déficit financeiro acumulado da organização não representava, em 31/12/2024, um risco grave de comprometimento do fluxo de caixa da organização.

A Transparência Internacional - Brasil agradece a Haakon Lorentzen, Ragnhild Lorentzen e Teresa Cristina Ribeiro Ralston Botelho Bracher, cujas doações no período ultrapassaram R\$ 5.000 por ano e, juntas, totalizaram R\$ 530 mil no período. Mediante seu apoio demonstraram compromisso com a missão da Transparência Internacional – Brasil: enfrentar a corrupção como busca por realização de direitos, justiça e paz.

Agradecemos à Aliant, ICTS e ao escritório Machado Meyer pelo apoio institucional mediante prestação de serviços especializado pro bono.

Recursos Humanos para Sustentabilidade Institucional

Um dos objetivos da Transparência Internacional - Brasil é criar e consolidar políticas e instrumentos de gestão de pessoas na organização até 2026, com a estruturação de uma área específica para gestão de recursos humanos.

No período, aplicou-se uma Avaliação 360 e implementaram-se Planos de Desenvolvimento Individual monitorados pelas gerências; os descritivos de cargos das gerências foram revisados; criou-se a posição de vice-diretora administrativa; e foram realizadas capacitações sobre feedback para liderança e sobre comunicação não violenta. Entre as políticas implementadas no período, duas dizem respeito à gestão de pessoas: política de benefícios e política de prevenção ao assédio, somando-se à política de recebimento de denúncias e o protocolo de hospitalidade, implementados em anos anteriores.

Agradecemos à Soulan Recursos Humanos pela licença de uso de plataforma para as avaliações de equipe em formato pro bono.

Conformidade: o sistema de integridade da Transparência Internacional - Brasil é compartilhado com outras organizações

O atual marco estratégico da TI Brasil prevê a consolidação de seu sistema de

integridade e a extensão desse conhecimento para organizações de base atuando em todo o país. Isso é feito por meio de uma iniciativa chamada Ação Local, que fomenta o desenvolvimento institucional de organizações de base anticorrupção e atuantes no controle social, incluindo com capacitações técnicas e apoio financeiro com “mini grants”. No momento, são 12 organizações apoiadas pela TI Brasil nessa iniciativa.

O objetivo é que a Transparência Internacional - Brasil não apenas melhore seus próprios processos, mas também consiga disseminar, incentivar e promover essas práticas em outras organizações por meio de diagnósticos individualizados, jornadas de capacitação, publicação de materiais e mentorias. Investir em sólidos fundamentos de governança e conformidade aumenta a confiabilidade e melhora a reputação e a chance de acesso a recursos que sustentem as operações dessas organizações. No contexto atual de represália e desconfiança contra organizações da sociedade civil e o declínio da solidariedade a nível internacional, o fortalecimento institucional é uma forma de se alcançar legitimidade.

Em 2023, a Transparência Internacional - Brasil teve reconfirmada sua reacreditação como capítulo nacional da Transparência Internacional, processo

pelo qual regularmente são submetidos todos os capítulos do movimento global da TI. A reacreditação é refeita a cada três anos para garantir a aderência da organização aos princípios do movimento em critérios de transparência, prestação de contas, integridade, apartidarismo, independência, respeito aos direitos fundamentais e garantia da existência de órgãos de governança diversos e inclusivos. A obtenção da

reacreditação é um reconhecimento relevante da organização junto ao movimento global.

No período, a Transparência Internacional - Brasil também atualizou sua política de financiamento, que regula os formatos, termos e condições para captação de recursos; e aprovou a política de advocacy da organização.

IMPACTO NO DEBATE PÚBLICO



QUANTIDADE DE MENÇÕES NA IMPRENSA

2023
5.510

2024
6.284



ACESSOS AO SITE

2023
92.000

2024
250.000



ALCANCE ESTIMADO DE MENÇÕES DIRETAS EM REDES SOCIAIS

2023
13,4M
IMPRESSÕES

2024
104,3M
IMPRESSÕES

Transparência Internacional - Brasil

Av. Brigadeiro Luis Antonio, 2367 – Sala 514
São Paulo, SP

www.transparenciainternacional.org.br

 [ti_interbr](#)

 [transparencia-internacional-brasil](#)

 [transparenciainternacionalbr](#)

 [transparenciainternacionalbrasil](#)

 [transparenciainternacionalbr](#)

